

FEDERAÇÃO DE CAMPISMO E MONTANHISMO DE PORTUGAL
ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 17/12/2016

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, reuniu-se pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, na Associação FCMP – Escola Profissional, sita na rua das Quintas, Monte da Caparica, sendo a Mesa da Assembleia Geral composta pelos Companheiros Armando Gonçalves que presidiu, Jorge Agostinho e Ilídio Espada que o secretariaram, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 – Tomada de posse de Delegados ausentes da AG de 29 outubro de 2016.

2 – Fixação do Coeficiente de Razoabilidade para 2017.

3 – Criação de Delegações da FCMP no Norte e no Sul do País.

4 – Análise, discussão e votação do Plano e Orçamento para 2017.

3 – Trinta minutos para tratar de assuntos com interesse para a vida associativa.

Verificada a presença de 27 delegados e depois de lida a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu início aos trabalhos. Dispensada que foi a leitura das actas anteriores, foram as mesmas postas à votação, sendo aprovadas por unanimidade.

Seguiu-se a tomada de posse de delegados anteriormente eleitos, porém ausentes na anterior AG. Solicitou a palavra o Presidente da Direcção, que apresentou individualmente os delegados eleitos.

No ponto 2 da ordem de trabalhos (doravante designada OT), e após explicação do mesmo, submeteu-se à votação a proposta da Direcção do coeficiente 23. A proposta foi aprovada por unanimidade.

No ponto 3 da OT, foram, pelo Presidente da Direcção, explicados os motivos da necessidade e oportunidade da criação de duas delegações regionais. Destacam-se a candidatura ao Programa COMPETE, bem como a descentralização de competências, passíveis de serem atribuídas aos Conselhos Regionais. Aberta a discussão do tema, questões como os objectivos e fins em vista, a conformidade estatutária, a necessidade de adequação da regulamentação interna e a possibilidade de ulteriores delegações regionais, foram abordadas. Após intervenção do Presidente da Mesa, que mereceu a concordância diretiva, concluiu-se pela necessidade da criação de um grupo de trabalho para urgente revisão dos estatutos e regulamento interno. Foi apresentada então a proposta da Direcção. "A Direcção, nos termos do nº2 do artigo 2º dos Estatutos, vem propôr a criação de duas delegações de âmbito regional, uma localizada a norte e outra a sul do país". A mesma, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos contra. Albano Gomes e Joaquim Lucas apresentaram declarações de voto.

Pelas 12 horas foram os trabalhos interrompidos, para abrir a Assembleia Geral Eleitoral, que, de imediato foi suspensa, para continuidade da OT da presente.

O ponto 4 da OT, foi constituído por dois períodos de análise e discussão. Referiu inicialmente o Presidente João Queiroz, que o Plano e Orçamento, deverá ser o espelho da actual conjuntura do movimento, sendo que as actuais receitas têm como base, menos de 30% em licenças desportivas (LD), cerca de 50% dos parques, próximo de 10% em subsídios do Estado e autarquias e ainda 10% a 15% proveniente de seguros e outros itens. Referiu igualmente alguns dos constrangimentos gerados por algumas associadas, no decorrer do mandato que ora termina, no que refere a encerramento de parques, intempéries várias, fecho de clubes e saídas de outros. O estímulo ao crescimento na área do desporto foi um dos factores apontado, dando como exemplo o nº de 16 associadas da Madeira, que em 2012 era de 4, facto que se deve ao desenvolvimento do Skyrunning na região. Seguiu-se a apresentação em Powerpoint, pelo vice-presidente Paulo Sousa, de vários quadros representativos da evolução das despesas e receitas a partir de 2011. Nomeou como um dos principais objectivos para 2017, tal como já o tinha sido para 2016, a obtenção de um balanço com resultados positivos. Para tal, será necessário o aumento, ou eventualmente, a manutenção do número de LD, bem como o aumento e consolidação das fidelizações dos parques. Importante também o dobrar do esforço na contenção das despesas, foi um dos aspectos assinalados.

Iniciou-se então o primeiro período de discussão, intervindo no mesmo os delegados Joaquim Pinote, Albano Gomes, José Luis Nunes, Daniel Oliveira e Luis Ramos.

Saldos positivos, porém escassos; dívida de 25.000 euros de associadas; a recorrente promessa de uma reunião nacional de Técnicos, as datas das Jornadas Técnicas de Pedestrianismo e a verba de 158.000 euros para a escalada; necessidade de aclaração dos objectivos (vagos) no que concerne às modalidades; arrojo do orçamento nos gastos com pessoal, preocupação com clubes devedores. Felicitações pela gestão e resultados dos parques; agrado geral pela forma e apresentação dos quadros explicativos.

Das respostas: a reunião dos Técnicos, será em janeiro ou fevereiro, aquando da reabertura da PE do Jamor, com atribuição de créditos; Jornadas Técnicas estão em preparação; verbas atribuídas à escalada, prendem-se com as PE do Jamor e a gestão da construção da do Vale do Silêncio (aprovada em orçamento participativo de Lisboa e protocolada com a CML em cerca de 150.000 euros). Existem outros protocolos com o IPDJ, que se destinam exclusivamente à escalada. Daí a verba apresentada.

Dos valores a receber, os números apresentados, reportam-se a quantias ainda a receber (em conta-corrente, em setembro, na ordem dos 20.000 euros). Cerca de 5.000 são dívida. Aumentos dos vencimentos

do pessoal, é decisão política da direcção actual, passível de ratificação pela próxima. A ser, sê-lo-á em meados do próximo ano, em função dos fluxos financeiros, retroactivamente a janeiro.

Para o segundo período de discussão, pediram a palavra os delegados Luis Ramos, Manuel Correia, Joaquim Lucas, Eduardo Pedro e Daniel Oliveira . Não obstante a satisfação pelos resultados obtidos em 2015 e 2016, foi recomendada alguma prudência na execução do orçamento de 2017. Solicitada que foi a leitura do parecer do Conselho Fiscal, foi o mesmo lido pelo secretário Carlos Correia, que justificou a ausência do presidente desse conselho. Intervenções seguintes questionaram: a necessidade de aguardar disponibilidade de agenda do alpinista João Garcia, para a re-inauguração da PE do Jamor, tendo a Federação, no seu seio, técnicos altamente qualificados e reconhecidos; a necessidade de criação de regulamentos para adequação do calendário de actividades aos contratos-programa, em tempo útil; a questão dos 10% para filiadas e o desaparecimento do regulamento interno, que constava no sítio de internet; mapas do orçamento poderiam ser mais explícitos e detalhados; duplas filiações; felicitações pelo incremento das receitas, advindas de uma melhorada gestão dos parques; clarificação da posição da FCMP face à FPME.

Das respostas: presença do João Garcia, importante por ser um ícone da modalidade; do quadro de técnicos da federação, só alguns, em Lisboa, são remunerados, pela sua presença no rocódromo do Casal Vistoso; já existe um regulamento em vigor para as actividades desportivas, que serve de base para os contratos-programa; detalhes dos mapas constarão, como é habitual, no relatório e contas; há funcionários, exclusivamente dedicados, ao processo de emissão das licenças; tem havido tentativas de diálogo com a FPME, que, apesar de infrutíferas face ao posicionamento da mesma, não implicam que o diálogo esteja encerrado; há clubes que em relação à dupla filiação, estão em fase de transição.

Passou-se à votação (em simultâneo) do Plano e Orçamento 2017, que foi votado favoravelmente, por unanimidade.

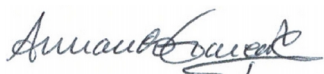
No ponto 5 da OT, inscreveram-se os delegados Albano Gomes, Joaquim Pinote e Luis Ramos, e ainda António Soares (coordenador CR Açores) e o vice-presidente Paulo Sousa.

Foi entregue na MAG, por Albano Gomes, uma recomendação à direcção, tendo em vista a substituição do procedimento corrente, de envio de selos directamente aos praticantes, pela anterior metodologia, que enviava os selos para as associadas. António Soares justificou a dupla filiação com o facto da FPME tutelar internacionalmente a modalidade de escalada, sugerindo que a proposta havida para que a tutela nacional lhes fosse atribuída (com a eventual e subsequente atribuição da UPD), fosse apresentada e votada, em futura AG da FCMP. Joaquim Pinote, Joaquim Lucas e Luis Ramos concordam na reversão do procedimento de envio das licenças. Paulo Sousa referiu que a reversão do processo, acarreta custos (superiores a 20.000 euros) e carece de tempo para mudar o sistema informático. Informou que o envio das licenças é feito pela FCMP, sendo a BP a suportar os encargos. Mais informou, que, em representação da FCMP, integra um grupo de trabalho, que emanou da realização do Congresso Nacional do Desporto. A Comissão Nacional para a Economia Social (órgão conselheiro do Governo) deliberou posteriormente realizar em 2017 o Congresso para a Economia Social, que proporá alteração às leis fiscais no Estatuto Fiscal para a Economia Social. Considerou como tal, ser uma oportunidade, poder apresentar contributos, sugestões e ideias, pelo que, convida as associadas a que lhas façam chegar.

Nada mais havendo para tratar, foram os trabalhos dados por concluídos pelas 14,15 horas, lavrando-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos elementos da Mesa.

Lisboa, 17 de dezembro de 2016

O Presidente da Mesa



Armando Duarte da Silva Gonçalves

O Secretário da Mesa



Jorge Manuel Agostinho

O Secretário da Mesa

Ilídio Espada Teixeira